Desmistificando a Igualdade de Gênero: Uma Análise Crítica da Representação Política Feminina no Brasil

Autor(res)

Katsura Nayane Balbinot
Helen Burtet Bedin
Guilherme Augusto De Toni
Kiane Follmann Da Silva
Ian Arthur Ribeiro
Jaqueline Kelli Percio

Categoria do Trabalho

Pesquisa

Instituição

UNOPAR | ANHANGUERA - CAMPUS CHAPECÓ

Introdução

A desigualdade de gênero na política consiste em um desafio estrutural e atual no Brasil e no mundo, ainda que em diferentes proporções.
Em que pese serem observados avanços legais, a sub-representação feminina não só persiste como se perpetua, alcançando consistir em um abismo entre a teoria democrática e a prática institucional, alcançando reflexos nas mais diversificadas searas sociais e pessoais.
Apesar da existência de cotas legais destinadas à participação política das mulheres, é fundamental avaliar os impactos dessas normas no cenário político, questionando se apenas esse mecanismo legislativo é capaz de promover sua plena inserção.

Objetivo

Este estudo tem como objeto a seguinte questão central: a legislação brasileira que prevê cotas para candidaturas femininas a cargos eletivos possui o condão de diminuir as desigualdades decorrentes do gênero no contexto político?

Material e Métodos

A pesquisa pautar-se-á em revisão bibliográfica sobre a representação política das mulheres no Brasil, seguida de uma análise quantitativa e quantitativa de dados sobre sua presença em cargos eletivos, para, por fim, expor algumas reflexões pautadas nos resultados obtidos.
Buscar-se-ão dados e informações em sites de consultas públicas, como google, ONU, planalto, TSE, IBGE, dentre outras redes de domínio público.

Resultados e Discussão

O Mito da Igualdade Formal

Legislação vs. Realidade: Apesar da cota de 30% para candidaturas femininas (Lei 9.504/1997), apenas 18% das cadeiras na Câmara dos Deputados são ocupadas por mulheres (2024).
Falácia das "Barreiras Naturais": Argumentos culturais que atribuem a baixa participação a "escolhas" das mulheres mascaram estruturas de poder excludentes.
Obstáculos Estruturais
Sistema Eleitoral: O modelo de listas abertas beneficia candidatos com recursos (majoritariamente homens).
Financiamento Desigual: Mulheres recebem apenas 32% dos recursos de campanha (TSE, 2022).
Violência Política: 49% das parlamentares relatam assédio (ONU Mulheres, 2023).
Cultura Política e Resistências
Patriarcado Institucional: Lógicas partidárias reproduzem hierarquias de gênero.
Estereótipos: Mulheres são frequentemente relegadas a comissões "sociais", enquanto homens dominam áreas econômicas e estratégicas.

Conclusão

A sub-representação política feminina emerge sólida na formação tradicional institucional, especialmente no campo político. Infere-se necessário, pois, efetivar ações que eliminem até mesmo os mecanismos mais sutis de exclusão das mulheres, principamente na esfera política.

Agência de Fomento

CAPES-Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Referências

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Feminismo e Política: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.
ONU Mulheres Brasil. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2021/12/202110_ONUMULHERES_NEWSLETTER_04_2212.pdf. Acessado em 14 fev 2025.